

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 9 - jan./jun., jul./dez., 2025

PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ENFRENTADOS POR ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE MACAÉ APÓS PANDEMIA DE COVID-19

ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT IN MEDIATING CONFLICTS FACED BY
STUDENTS IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL IN THE PUBLIC
SCHOOL SYSTEM IN MACAÉ AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

Elciana de Paiva Lima Vieira

Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde (UFF)

Prefeitura Municipal de Macaé – Secretaria Municipal de Educação

E-mail: elcianavieira@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-6875-8529>

Andrea Paula de Souza Waldhelm

Doutorado em Educação (PUC-RJ)

Prefeitura Municipal de Macaé – Secretaria Municipal de Educação

E-mail: pwaldhelm12@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-5287-2922>

Yolanda Costa da Silva Pereira

Graduação em Matemática (UNIVERSO)

Colégio Estadual Jornalista Álvaro Bastos

E-mail: arthureyo@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0009-0006-6331-6872>

Recebido: 28/04/2025

Aprovado: 16/05/2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/rf.v9i1.197>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

Resumo: O conflito é um dos desafios enfrentados pela gestão escolar, pois trata-se de um problema característico das relações sociais. Após a pandemia de COVID-19 foram observados aumentos da violência no ambiente escolar. Estratégias de mediação de conflito devem ser consideradas relevantes para o combate e a prevenção da violência na escola. Trata-se de uma pesquisa aplicada, do tipo intervenção pedagógica, a partir de um estudo de abordagem quantitativa, cujo o objetivo consistiu em elaborar um programa contínuo de mediação e gestão de conflitos enfrentados pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental, da rede pública de Macaé, após a pandemia de COVID-19. Foram identificados os tipos de violência mais incidentes através da análise das fichas de ocorrências das unidades escolares da rede durante os anos de 2019, 2022 e 2023. Em seguida, foi elaborada uma proposta de programa para mediação e gestão contínua de conflito. De acordo com os resultados apresentados, observou-se um aumento de alguns tipos de violência nas escolas da rede pública de Macaé após a pandemia de COVID-19. O ano de 2019 apresentou maior número de ocorrências com relação à violência psicológica/moral quando comparado aos anos de 2022 e 2023. No ano de 2022, foram identificados aumentos das ocorrências de violência verbal, física/material quando comparados ao ano de 2019 e o bullying quando comparados aos anos de 2019 e 2023.

Palavras-chave: Mediação de Conflito. Gestão Escolar. Violência Escolar.

Abstract: Conflict represents one of the main challenges in school management, as it constitutes an issue inherent to social relationships. Following the COVID-19 pandemic, increases in school violence were observed. In this context, conflict mediation strategies are considered relevant for combating and preventing violence in schools. This is an applied research study, of the pedagogical intervention type, with a quantitative approach. Its objective was to develop a continuous program for the mediation and management of conflicts faced by students in the final years of elementary education in the public school system of Macaé, following the COVID-19 pandemic. To this end, the most frequent types of violence were identified through the analysis of occurrence records from the school units in 2019, 2022, and 2023. Subsequently, a program proposal for the continuous mediation and management of conflicts was developed. The results indicate that certain types of violence increased in the public schools of Macaé after the pandemic. In 2019, the highest number of occurrences was related to psychological/moral violence when compared to 2022 and 2023. In 2022, increases were observed in verbal and physical/material violence compared to 2019, as well as in bullying when compared to 2019 and 2023.

Keywords: Conflict Mediation. School Management. School Violence.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar exerce influência significativa na promoção de resultados relevantes para o ambiente educacional, visando o bem-estar de alunos e funcionários. Entre os desafios enfrentados, destaca-se o conflito, que pode resultar em índices elevados de violência escolar e comprometer o processo de aprendizagem e convívio social dos alunos. O conflito surge de divergências de opiniões ou interesses entre duas ou mais pessoas, manifestando-se no ambiente escolar entre alunos e professores, bem como entre os próprios alunos.

A violência escolar é influenciada por uma interação de fatores que podem ser agrupados em diversas categorias. Primeiramente, o impacto da pandemia de COVID-19 não pode ser subestimado, pois o isolamento social, o estresse familiar e as dificuldades econômicas exacerbaram a agressividade e a instabilidade emocional entre os jovens. Além disso, as influências culturais e sociais desempenham um papel crucial com a exposição à violência na mídia, a desigualdade social e a falta de modelos positivos, moldando o comportamento dos alunos.

O município de Macaé, localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, é conhecido internacionalmente como a “Capital do Petróleo”, devido às instalações da Petrobrás e empresas do setor offshore. Recentemente, foi apelidada de “Cidade do Gás e Energia”, apontada pela Firjan como uma das três melhores cidades do estado em gestão fiscal. A diversificação da matriz energética local, impulsionada pela exploração de gás natural e pela instalação de usinas termelétricas, consolidou Macaé com esse novo título.

Nesse contexto, trabalhos envolvendo a educação no município de Macaé, principalmente na área ambiental, são encontrados na literatura. Contudo, poucos são os estudos envolvendo investigações a respeito da educação após a pandemia. Um estudo de mapeamento dos dados da educação em Macaé, realizado no período de 2020-2021, visou compreender a realidade em sala de aula após a pandemia.

Desse modo, torna-se relevante incentivar a elaboração de trabalhos voltados para a discussão da violência escolar enfrentada pelas escolas públicas do município após a pandemia, auxiliando na elaboração de estudos que envolvam estratégias de combate e prevenção desse fenômeno dentro da escola.

Diante disso, a mediação de conflito se faz necessária, pois é considerada uma estratégia de gestão escolar relevante para o combate e prevenção da violência nesse ambiente. É possível minimizar os conflitos mediante tratamento com as divergências para evitar a promoção da violência e indisciplina. A mediação escolar, por sua vez, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos ao ensiná-los a lidar com conflitos de forma pacífica, aprimorando suas capacidades de comunicação, negociação e resolução de problemas e os preparando para enfrentar os desafios da vida com maior confiança e resiliência.

A literatura apresenta estudos que discutem a mediação de conflitos desde sua origem, definição e classificação, sendo considerada uma ferramenta para o

combate e prevenção da violência na escola, principalmente após a pandemia de COVID-19. No entanto, há uma escassez de trabalhos a respeito do papel da gestão escolar para mediação de conflitos enfrentados pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental após a pandemia.

Com base na problemática apresentada, questiona-se: Como a gestão escolar pode contribuir para o combate e prevenção de conflitos enfrentados pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de Macaé após a pandemia de COVID-19?

Com base no exposto, o presente estudo tem como objetivo geral elaborar um programa contínuo de mediação e gestão de conflitos enfrentados pelos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública de Macaé, especialmente após a pandemia de COVID-19. Como objetivos específicos, propõe-se: comparar os dados coletados pela Secretaria de Educação de Macaé nos anos de 2019, 2022 e 2023; selecionar estratégias de mediação de conflitos escolares; e organizar a aplicação das estratégias escolhidas.

Esta pesquisa se justifica por tratar da elaboração de um programa específico de mediação e gestão de conflitos, envolvendo toda a comunidade escolar, com o objetivo de promover o desenvolvimento do desempenho acadêmico, das competências socioemocionais e do convívio social saudável dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública de Macaé. Além disso, o presente estudo apresenta relevância para a prática da gestão escolar, ao reconhecer a mediação de conflitos como uma estratégia pedagógica contínua voltada ao combate e à prevenção da violência na escola, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do ensino.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão democrática na escola se fundamenta em cinco elementos essenciais, cada um contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e participativo. Sendo assim, a participação de todos os membros da comunidade escolar, desde alunos e pais até professores e funcionários, é crucial para a tomada de decisões importantes, como a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a definição de regras e normas e a gestão dos recursos financeiros.

A transparência, por sua vez, garante que as informações sobre a escola sejam acessíveis a todos, promovendo a confiança e a responsabilidade. A colaboração incentiva o trabalho em equipe e a troca de ideias, fortalecendo os laços entre os participantes e criando um ambiente escolar mais harmonioso. Enquanto a autonomia da escola para tomar decisões que atendam às suas necessidades específicas permite o desenvolvimento de projetos e iniciativas relevantes para a realidade local. Por fim, o pluralismo valoriza a diversidade de ideias e opiniões, enriquecendo o processo de tomada de decisão e promovendo o respeito às diferenças (Chrispino, 2007).

Desse modo, o gestor em educação tem por finalidade apontar estratégias adequadas para alcançar os objetivos da instituição escolar, visando atender a proposta do Projeto Político Pedagógico. Sua atuação vai além da administração

de recursos e da organização do espaço escolar, abrangendo a promoção de um ambiente colaborativo e engajador para toda a comunidade. Assim, as relações entre gestor e outros membros da comunidade escolar devem ser caracterizadas pela subjetividade e noção de grupo (Libâneo, 2007).

Sabe-se que o convívio social promove uma série de conflitos de natureza pessoal, intra e interpessoal. A diferença de opiniões em relação ao mesmo problema pode apresentar empecilho para uma interação saudável. Diversos fatores podem agravar os conflitos nas interações sociais, sendo a comunicação ineficaz, marcada pela falta de clareza; a agressividade e a dificuldade em ouvir impedem o entendimento mútuo e intensificam as divergências. Julgamentos precipitados, baseados em preconceitos e estereótipos geram desconfiança e hostilidade, envenenando as relações.

Além disso, as desigualdades sociais, como sua injustiça e falta de oportunidades, alimentam o ressentimento e a violência, tornando o convívio social ainda mais desafiador. A ausência de empatia e a incapacidade de se colocar no lugar do outro impedem a compreensão e o diálogo, transformando as diferenças em barreiras intransponíveis (Chrispino, Chrispino, 2002).

Sendo a escola um ambiente de convívio social, no qual ocorrem constantemente interações entre indivíduos, é natural que o conflito faça parte desse espaço. No entanto, ele não deve ser confundido com violência. Há, na sociedade, uma tendência equivocada de associar conflito a violência, sendo que esta representa apenas uma das possíveis formas de resolução, enquanto o conflito constitui um estado de fato.

Embora inevitável, o conflito é uma manifestação natural e um elemento fundamental nas relações entre indivíduos, grupos sociais, atores políticos e Estados. Nesse contexto, torna-se relevante encarar o conflito como uma oportunidade para promover o diálogo e a cooperação.

Diante disso, o conflito apresenta benefícios, como, por exemplo, atuação no controle das relações sociais, incentivo à percepção de um outro ponto de vista e a promoção do respeito às diferenças, que são naturais na convivência humana e não devem ser percebidas como ameaças (Chrispino, 2007).

Os conflitos educacionais são definidos como: atitudes provenientes do sistema escolar e/ou advindos do convívio entre os membros da comunidade escolar. Nesse viés, de acordo com Martinez Zampa (2005, *apud* Chrispino, 2007), o conflito escolar pode ser classificado em quatro tipos: 1) Conflito em torno da pluralidade de pertencimento; 2) Conflitos para definir o projeto institucional; 3) Conflito para operacionalizar o projeto educativo; 4) Conflito entre autoridades formal e funcional.

Ainda, Chrispino (2007) defende a ideia de que a massificação do ensino contribui para o conflito dentro da escola, uma vez que a escola não se encontra preparada para receber alunos advindos de realidades diferentes, além de docentes, muitas vezes, não organizados adequadamente para enfrentar as diferenças sociais vistas e trazidas de fora do ambiente escolar. Desse modo, são necessários estudos e reflexões acerca das diferenças culturais existentes dentro da nossa sociedade para melhor conhecimento dos conflitos enfrentados por ela, sendo esta a principal causa do seu surgimento.

De acordo com o autor, os conflitos escolares podem ser classificados em quatro categorias: (a) Organizacionais: conflitos gerados pela divisão de trabalho, tarefas, funções, salário e distribuição do dinheiro; (b) Culturais: conflitos gerados pelas variações de características e identidades e; condições econômicas; (c) Pedagógicos: conflitos gerados na qualidade e formas de ensino, pelo currículo, organização de horários de turmas, do professor e pelas avaliações; (d) Atores: membros do ambiente escolar.

A violência na escola se manifesta de diversas formas, o que justifica sua ampla discussão na literatura. Nesse contexto, considera-se violência escolar toda ação violenta praticada na escola, à escola ou pela escola. Essas ações incluem, por exemplo, discussões verbais, intimidações e ameaças, presentes tanto nas relações entre alunos quanto na interação entre alunos e professores, gestores ou quaisquer outros funcionários da instituição (Charlot, 2002 *apud* Silva, 2010).

Para Zaluar (2011), a violência escolar pode ser analisada sob dois panoramas. Primeiramente, há a violência física, refletida na sociedade por meio do tráfico de drogas e da criminalidade nos bairros onde a escola está situada. Em segundo lugar, observa-se a violência verbal, manifestada por palavras que expressam insultos, negação, humilhação e opressão, causando prejuízos psicológicos aos indivíduos envolvidos. Os tipos de violência presentes no ambiente escolar vão além da violência física, uma vez que a diversidade do público escolar favorece a ocorrência de outras formas de agressão, como a simbólica, verbal e institucional.

Assim, a violência simbólica se caracteriza pelo domínio econômico e social de uma classe sobre outra, por meio da imposição de padrões culturais conhecidos como sistemas simbólicos. Na sociedade, essa forma de violência é frequentemente praticada pelo Estado, o que inclui o papel do professor. Dessa maneira, a sala de aula pode ser entendida como um espaço de dominação, desde sua organização estrutural até o próprio sistema educacional.

Além disso, os símbolos construídos pela escola, como comportamentos, tensões de natureza social e pedagógica, permitem que os alunos reconheçam uma série de imposições, cuja reação pode se refletir em problemas e ações violentas. Nesse sentido, os conflitos escolares muitas vezes surgem da tensão entre a cultura rígida e sistematizada da escola e a cultura mais flexível e instável dos estudantes.

Observa-se, ainda, que na maioria das instituições as decisões são tomadas exclusivamente pela equipe gestora, ou seja, pelos representantes do maior poder institucional, enquanto as opiniões dos alunos são frequentemente excluídas, de forma direta ou indireta, impossibilitando um diálogo participativo (Bourdieu, 1988 *apud* Peçanha, 2013).

Outra forma de manifestação da violência que deve ser discutida é o *bullying*, bastante frequente na realidade escolar, não só do Brasil como também no mundo. Originado do termo inglês *bully*, pode ser definido como um desejo voluntário de constranger o outro e colocá-lo sob pressão mediante ações violentas de ofensa, discriminação, ridicularização e colocação de apelidos.

A prática do *bullying* pode acarretar consequências graves, incluindo traumas psicológicos que, em casos extremos, podem levar ao suicídio ou homicídio entre

estudantes (Silva, 2006). Além disso, é compreendido como uma forma de abuso de poder, manifestando-se por meio de xingamentos, extorsão, exclusão e atos de violência física sem motivo aparente, configurando-se como um problema global presente no ambiente escolar.

O Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola, instituído pela Lei nº 13.277/2016, tem o intuito de informar através de uma data específica. A Lei nº 13.663/2018 inclui, como um dos deveres da escola, promover a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência e promoção da cultura de paz (Pereira, Fernandes, Dell'Aglio, 2022).

Estudos apontam que as vítimas de *bullying* são incapazes de se defender, pois geralmente apresentam um perfil tímido ou dificuldade de relacionamento com os demais alunos da turma, aparência diferente dos outros alunos ou apresentam algum tipo de fragilidade.

Além disso, observa-se um perfil específico dos praticantes de *bullying*, que, em geral, vivenciam um ambiente familiar comprometido e marcado pela violência doméstica. Essa realidade é frequentemente refletida no espaço escolar, onde tais alunos reproduzem, por meio da força e da intimidação, as experiências de agressividade presentes em seus lares (Peçanha, 2013).

Portanto, o *bullying*, enquanto forma de violência escolar, merece destaque e aprofundamento nas discussões em razão de seus impactos emocionais e socioeducativos sobre as vítimas. Nesse sentido, é imprescindível que a instituição de ensino se consolide como um espaço de segurança, no qual valores como respeito e empatia sejam efetivamente cultivados. O grande desafio está em prevenir e combater essa prática por meio de ações de conscientização, do conhecimento das legislações nacionais que regulamentam a temática e da valorização de uma cultura de paz. Assim, a construção de um ambiente escolar que celebre a diversidade e incentive o diálogo aberto constitui um pilar essencial na luta contra essa violência.

Sabe-se que o ano de 2020 foi caracterizado pelo surto de COVID-19, uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Coronavírus. Em janeiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara estado de emergência de saúde pública em nível internacional e, em março, é declarado o estado pandêmico devido ao aparecimento de casos de contaminação em vários países (Ops/Oms, 2024).

Diante disso, o isolamento social foi uma medida preventiva adotada pela OMS, desencadeando o fechamento das instituições de ensino e a suspensão das aulas presenciais de instituições de Educação Básica e de Educação Superior (Ops/Oms, 2024). No Brasil, o Ministério da Educação decreta a suspensão das aulas presenciais através da Portaria nº 343, em março de 2020, passando a adotar o uso de meios digitais para estabelecer o ensino remoto, caracterizado por atividades não presenciais ministradas aos alunos (Cabral, 2020).

Diante desse cenário, o município de Macaé, pertencente à Região Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, cuja Secretaria de Educação é composta por 106 escolas municipais, desenvolveu o projeto “Educação não para e não deixa ninguém parado”. Esse projeto teve o objetivo de dar suporte pedagógico

aos alunos das escolas municipais, além de toda a população durante o período de suspensão das aulas.

O *blog* oferecia, de forma gratuita, atividades voltadas para Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, além do público atendido no Cemeaes (Centro Municipal de Atendimento Especializado Escolar) e Pré-Vestibular Social (Macaé, 2020). Em setembro de 2021, foi elaborado o Plano de Retomada das Atividades Educacionais e Presenciais da Rede Pública de Macaé (Macaé, 2021).

Considerando que o distanciamento social afetou os jovens e adolescentes em todo o mundo, Gadagnoto *et al.* (2022) afirmam que a pandemia causou impactos negativos no desempenho escolar, maior agitação e agressividade desenvolvidos ou agravados em jovens durante esse período.

Ainda nesse contexto, um levantamento realizado pela organização social Nova Escola, que apoia professores em todas as regiões do país, revelou que os elevados índices de agressividade dos alunos decorrem do isolamento social vivenciado durante a pandemia (Ogawa, 2022).

Diante desse cenário, os conflitos escolares podem ser enfrentados por meio da mediação, a qual tem como objetivos não apenas prevenir, mas também transformar as relações interpessoais. Isso porque, fundamentada no diálogo e na busca de soluções consensuais, essa prática pedagógica favorece o crescimento e o amadurecimento dos estudantes. Assim, a promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar deve ser estimulada pela mediação de conflitos, que valoriza o respeito mútuo, a aceitação das diferenças e o reconhecimento do outro como sujeito.

Nesse sentido, a mediação pode ser definida como uma forma de negociação conduzida por uma pessoa não envolvida no conflito, atuando de maneira voluntária, neutra e imparcial, com base na confidencialidade do processo, de modo a alcançar uma solução de comum acordo (Morgado; Oliveira, 2012). Além disso, busca restabelecer a comunicação entre as partes, promovendo um ambiente de respeito e compreensão mútua. Portanto, o diálogo é imprescindível para a resolução de controvérsias, uma vez que possibilita que os envolvidos encontrem soluções adequadas e satisfatórias para ambos os lados.

Entre as estratégias mais relevantes, destacam-se as práticas restaurativas, entendidas como um conjunto de metodologias que gerenciam positivamente os conflitos com o auxílio de um mediador. Esse, por sua vez, facilita o processo dialógico, auxiliando as partes a chegarem a um consenso. Tais práticas incluem, por exemplo, rodas de conversa, perguntas restaurativas, mediação escolar, mediação por pares, encontros restaurativos, bem como círculos de paz, de diálogo e restaurativos (Nunes, 2018).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quanto ao aspecto metodológico, trata-se de uma pesquisa aplicada, do tipo intervenção pedagógica, a respeito da mediação e gestão contínua de conflitos escolares enfrentados pelos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental após

a pandemia de COVID-19, organizada a partir do estudo de abordagem quantitativa.

Segundo Damiani *et al.* (2013), os estudos do tipo intervenção pedagógica envolvem o planejamento e a implementação de mudanças ou inovações com o intuito de promover a melhoria da qualidade do ensino, bem como a avaliação dos efeitos das ações propostas. No presente estudo, entretanto, a etapa de avaliação não foi realizada, uma vez que se trata de uma proposta de programa ainda não executada.

Inicialmente, foram utilizados os dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Macaé referentes aos tipos de violência mais incidentes nas escolas e, em seguida, baseado nesses dados, foi elaborada uma proposta de programa de mediação de conflito. Devido ao término da análise dos dados ter ocorrido no início do segundo semestre do ano de 2024, não houve tempo hábil para implantação da proposta, pois a demanda exigiria alteração no calendário, tempo de conclusão dos cursos de capacitação entre outras exigências burocráticas.

A coleta de dados consistiu na análise das fichas ou registros de ocorrência dos alunos realizados nos anos de 2019, 2022 e 2023 em cada unidade escolar da rede pública. Foram identificados os tipos de violência através da aplicação de um formulário elaborado pela Secretaria de Educação, o qual foi preenchido pelas respectivas orientadoras educacionais, e em seguida, entregues à Secretaria.

Os formulários apresentaram alterações nos anos de 2019 e 2023, quando os dados englobavam todas as unidades do Ensino Fundamental. Já em 2022, os registros foram organizados de forma distinta, sendo divididos entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Para fins desta pesquisa, realizou-se o somatório dos dados referentes a essas duas etapas, a fim de possibilitar a comparação com os demais anos analisados.

As categorias dos tipos de violência apresentaram, também, mudanças entre os anos de 2019, 2022 e 2023. No ano de 2019, o formulário apresentou quatro categorias: moral, psicológica, física (lesão corporal), xingamento e *bullying*. Já nos anos de 2022 e 2023, foram oito categorias apresentadas, no entanto, a categoria xingamento foi substituída pela violência verbal, as violências psicológica e moral foram unidas em um só grupo, assim como as violências material e física foram inclusas nas categorias sexual, vandalismo/patrimonial, *cyberbullying* e racismo. Além disso, no formulário do ano de 2023, foram acrescentadas as categorias: automutilação e intolerância religiosa.

Quanto às fichas de ocorrência, é possível dizer que consistem em um instrumento interno adotado por algumas unidades escolares da rede pública de Macaé, utilizadas para registrar as situações de agressão física, verbal, sexual, moral, patrimonial, além de comportamentos de indisciplina, discriminação, *bullying*, furtos entre outras situações enfrentadas pelos professores, alunos e funcionários da escola. As fichas são encaminhadas à orientação educacional, que deve tomar medidas cabíveis visando a resolução do problema descrito. Além disso, os registros podem também ser realizados pelo professor, em sala de aula, ou em seu próprio material/ instrumento de registro, sendo, posteriormente, encaminhado para gestão escolar. Para a análise dos dados, foi elaborado um gráfico identificando as diferenças dos tipos de violência cometidos pelos alunos

entre os anos de 2019, 2022 e 2023. Diante das alterações nos formulários entre os anos de coleta descritos, para a construção do gráfico, no ano de 2019 foram somadas as categorias: moral e psicológica.

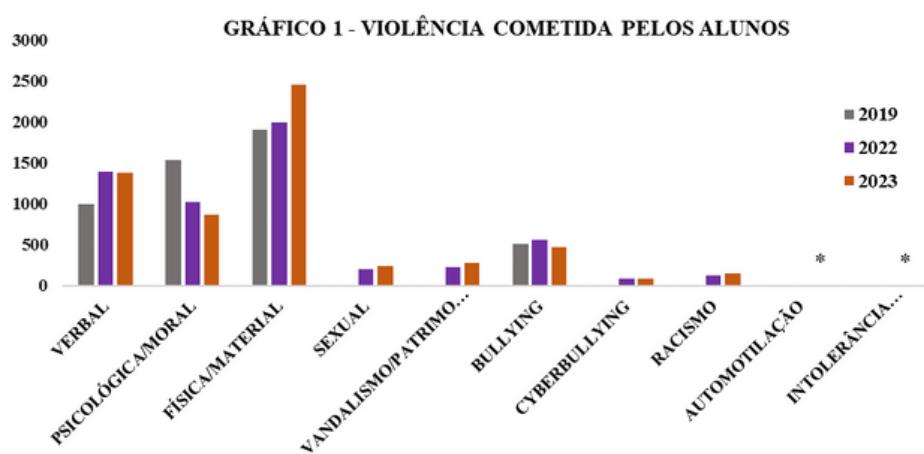
É importante ressaltar que a contextualização da problemática do estudo está descrita no capítulo voltado para fundamentação teórica, no qual são abordados os seguintes assuntos: gestão escolar e sua função de mediadora de conflitos, a pandemia de COVID-19 e as medidas preventivas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Macaé durante esse período, além da mediação de conflito e suas estratégias. Para a realização da revisão de literatura, foi realizada a busca no banco de dados *Google Acadêmico*, durante o período entre 07/02/2024 a 08/03/2024.

Os resultados relacionados aos tipos de violência mais recorrentes nas escolas tiveram como população-alvo os alunos da rede pública do município de Macaé. O Gráfico 1 apresenta a distribuição das ocorrências registradas.

Assim, no ano de 2019, verificou-se maior número de casos de violência psicológica/moral em comparação aos anos de 2022 e 2023. Já em 2022, observou-se aumento nas ocorrências de violência verbal e física/material em relação a 2019, bem como crescimento nos registros de *bullying* em comparação a 2019 e 2023.

Por sua vez, em 2023, houve elevação dos índices de violência física/material em relação aos anos anteriores, além do crescimento nas categorias violência sexual, vandalismo/patrimonial e racismo, quando comparadas especificamente ao ano de 2022. De modo geral, a violência física/material destacou-se como a categoria de maior incidência nos três anos analisados (2019, 2022 e 2023).

Gráfico 1 – Resultados dos Tipos de Violência cometidos por Alunos na Rede Pública de Macaé



Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados da Secretaria Municipal de Educação de Macaé, 2019, 2022 e 2023.

*dados extra apresentados em uma unidade escolar

3. DISCUSSÃO

As mudanças no estilo de vida decorrentes das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19, como o fechamento temporário de escolas, podem ter afetado o bem-estar e o desenvolvimento de uma geração de crianças e adolescentes em todo o mundo. Reflexos negativos no desempenho escolar, no aumento da agitação e na agressividade foram desenvolvidos ou tornaram-se mais acentuados após a pandemia. Adicionalmente, o isolamento social pode desencadear mudanças internas ou questões implícitas à pandemia que precipitam o surgimento de quadros psiquiátricos (Oliveira *et al.*, 2022).

Os dados encontrados neste estudo estão em consonância com outros estudos que também abordaram o aumento da violência no ambiente escolar após a pandemia. Martins (2022), em seu trabalho de revisão sobre a inflexibilidade dos alunos após esse período, aponta que o isolamento social vivenciado pelos alunos associados ao medo, luto e problemas psicológicos contribuíram para a maior intolerância, justificando o aumento da violência na escola.

Corroborando essa perspectiva, Silva (2022) destaca que, após o retorno das aulas presenciais, a violência nas escolas do Estado de São Paulo aumentou, alcançando 48,5% das ocorrências de violência física apenas nos dois primeiros meses de 2022, em comparação ao mesmo período de 2019. Esse resultado converge com os dados observados na rede de ensino de Macaé. Assim, conclui-se que a violência física/material apresentou crescimento expressivo no período pós-pandemia.

Assim, outro fator que pode explicar esse cenário está relacionado à violência doméstica, praticada no ambiente familiar por parentes e/ou cônjuges. De acordo com a literatura, crianças e adolescentes expostos a situações de violência em casa apresentam maior probabilidade de reproduzir comportamentos agressivos (Reis, Prata e Parra, 2018).

Em uma pesquisa realizada com professores de uma escola localizada em um distrito de São Paulo, Oliveira *et al.* (2022) observaram que o afastamento escolar intensificou os casos de violência doméstica, reforçando que a violência intrafamiliar não se trata de um fenômeno recente.

No entanto, durante a pandemia, outros aspectos ganharam relevância, como o isolamento social, as dificuldades financeiras e os conflitos familiares. Nesse sentido, Lawson, Piel e Simão (2020), em estudo realizado nos Estados Unidos, identificaram que pais que ficaram desempregados em decorrência da pandemia apresentaram risco significativo de cometer abuso infantil. Os autores destacam ainda que pais desempregados e em estado de depressão demonstraram maior probabilidade de praticar maus-tratos psicológicos contra seus filhos nesse período.

Os casos de *bullying*, considerados um grande problema no ambiente escolar, também apresentaram aumento no presente estudo. De acordo com o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Ipsos, o Brasil é o segundo país com a maior incidência de casos de *cyberbullying* no mundo. A pesquisa apontou que 30% dos pais e responsáveis brasileiros afirmaram ter conhecimento, de, pelo menos, um caso, em que o filho ou a filha foi vítima de *bullying* (Marques, 2018).

Atualmente, existem três legislações referentes ao *bullying* escolar sendo todas de caráter informativo, duas de caráter preventivo e nenhuma de caráter punitivo. O Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) foi instituído pela Lei nº 13.185/2015, cujos objetivos foram de intervir e prevenir ações referentes a todos os tipos de violência (Brasil, 2015).

Ainda nesse contexto, um estudo realizado com estudantes do ensino médio, nos Estados Unidos, indicou que os índices de *bullying* reduziram de 30% a 35% durante a pandemia no ano de 2020, a partir da adoção do ensino a distância. O retorno das aulas presenciais, em 2021, provocou um aumento parcial semelhante aos níveis encontrados antes da pandemia (Bacher-Hicks et al., 2022). Salienta-se que não foram coletados dados até o final do ano de 2021, justificando o valor parcial apresentado.

Corroborando a perspectiva dos autores, Gonçalves e Vaz (2022) encontraram redução dos casos de *bullying* durante a pandemia e um ligeiro aumento nos casos de *cyberbullying* ao avaliarem 370 alunos do 5º e 6º anos, nas escolas do conselho de Bragança, Portugal. Embora o presente estudo não tenha avaliado os índices de violência durante a pandemia, os casos de *cyberbullying* apresentaram um pequeno aumento nos anos posteriores a este fenômeno.

A literatura apresenta algumas estratégias de mediação do conflito escolar adotadas por unidades escolares dos anos finais do ensino fundamental que corroboram o presente estudo. Silva e Carneiro (2023), por exemplo, propuseram a inclusão da capacitação em mediação de conflito escolar, no Programa de Patrulha Escolar, desenvolvido no Rio Grande do Sul, obrigatório nas Unidades em nível de Batalhão ou Regimento.

Nesse viés, a Secretaria de Educação do estado de São Paulo tem estimulado o uso de práticas restaurativas para mediação de conflitos e prevenção da violência nas escolas. No município de Campinas-SP, foi realizado o curso de formação continuada sobre a prática e cultura restaurativa, em parceria com Secretaria de Educação do Estado, a Vara da Infância e Juventude de Campinas (Tribunal de Justiça – TJ/SP) e a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas voltado para professores e gestores escolares da rede pública estadual.

Em São Caetano do Sul-SP, de igual modo, foi realizado o projeto “Justiça e Educação: parceria para a cidadania”, idealizado pela Vara da Infância e da Juventude, no qual justiça e educação realizaram uma parceria inédita no Brasil. O projeto se estendeu para o município de Guarulhos-SP e para o bairro de Heliópolis, em São Paulo (Pereira e Freixa, 2021).

O estudo de Pinho, Castro e Costa (2021), nesse contexto, abordou os impactos de uma intervenção pedagógica voltada para mediação de conflitos em uma escola pública no município de Porto Velho-RO. Foi realizada uma intervenção de mediação de conflito voltada para os alunos, equipe gestora e professores, durante 4 meses, em que foram identificados relatos de mudanças positivas na convivência escolar promovidas pela mediação por parte dos alunos. Os professores apontaram a necessidade de adaptar a prática pedagógica à realidade vivenciada na sala de aula para redução da indisciplina, e a equipe gestora ressaltou a relevância da mediação como ferramenta de prevenção.

Diogo e Ribeiro (2016) analisaram as práticas de comunicação de diretores escolares durante a mediação de conflitos, tomando como base referências sobre mediação de conflitos e gestão escolar. Durante a observação de um dia de trabalho, foram analisados os comportamentos de cinco diretores da rede estadual de São Paulo, sendo constatado que as principais estratégias de comunicação para a mediação de conflitos não foram efetivamente utilizadas.

Com base nos resultados, os autores sugerem a ampliação ou revisão dos conteúdos relacionados à mediação de conflitos na formação de profissionais da rede pública, visando ao desenvolvimento de estratégias que promovam a melhoria do convívio no ambiente escolar, bem como o fortalecimento da gestão.

A implantação de técnicas de mediação para resolver conflitos e promover a cultura de paz foi realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, sendo esta uma das escolas piloto do projeto “Célula de Mediação Social e Cultura de Paz”, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Os dados apontaram o reconhecimento da equipe gestora em manter e melhorar a cultura de paz por meio da gestão democrática para estabelecer um ambiente escolar saudável (Amaral e Ramos, 2018).

Outro trabalho nessa perspectiva de intervenção foi realizado por Jodar (2018), no qual foi aplicado um curso de formação em mediação de 40 horas para os professores de 5º ao 9º ano interessados em participar, em uma escola municipal do município de Jaguarão-RS. Os professores participantes alegaram a importância da mediação escolar para desenvolver a cultura de paz, dando origem à criação de projetos dentro da escola para serem aplicados aos alunos: Projeto Cultura da Paz e Projeto Paz e Solidariedade.

Dessa forma, percebe-se que os estudos encontrados na literatura e explorados nesta pesquisa apresentam estratégias voltadas para alunos, professores e diretores. Contudo, não foram identificados trabalhos que discutissem uma proposta de mediação de conflitos organizada por uma equipe gestora. Por se tratar de um problema social que impacta diretamente a qualidade escolar, cabe à gestão atender às necessidades da comunidade, promovendo um ambiente saudável para o processo de ensino-aprendizagem, baseado na flexibilidade e na democracia, com o objetivo de combater e prevenir a violência escolar.

Com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Educação, o presente estudo elaborou uma proposta (ANEXO A) de programa de mediação e gestão contínua de conflitos, voltado ao combate e à prevenção da violência escolar para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Macaé. Trata-se do programa intitulado Programa de Mediação de Conflito Escolar: Violência Não, que busca mobilizar toda a comunidade escolar da rede pública por meio de atividades específicas e da formação de uma equipe de mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados analisados ao longo desta pesquisa, percebe-se que a violência escolar aumentou após a pandemia de COVID-19, podendo ser

considerada uma consequência do isolamento social, que impactou tanto o rendimento escolar dos alunos quanto o convívio social. No município de Macaé-RJ, foram observados aumentos nos índices de violência física/material, psicológica/moral, verbal e *bullying* nos anos de 2022 e 2023, quando comparados a 2019.

Além disso, entre 2022 e 2023, registraram-se crescimentos em casos de violência sexual, vandalismo/patrimonial e racismo, categorias que não estavam incluídas nos formulários de 2019. Destaca-se que a violência física/material apresentou a maior incidência em todos os anos analisados: 2019, 2022 e 2023.

Acredita-se que uma das estratégias para diminuir esses valores está na mediação de conflito, devendo ser trabalhada dentro da escola para o combate e prevenção da violência. Desse modo, a gestão escolar apresenta um papel fundamental na conscientização de toda a comunidade a respeito dos conflitos enfrentados pelos alunos, suas consequências e formas de prevenção.

Diante disso, o presente estudo apresentou uma proposta de mediação de conflito contínua dirigida pela gestão escolar envolvendo toda a comunidade, intitulado Programa de Mediação de Conflito: Violência Não. Devido ao término da análise dos dados ter ocorrido no início do segundo semestre do ano de 2024, não houve tempo hábil para implantação da proposta, pois a demanda exigiria alteração no calendário, tempo de conclusão dos cursos de capacitação entre outras exigências burocráticas. No entanto, a implantação do programa proposto está prevista para o início do ano de 2025, através de um projeto-piloto que ocorrerá no C.M Ancyra Gonçalves Pimentel.

Cabe ressaltar que a pesquisa apresentou, como fator limitador, os formulários compostos por categorias diferentes entre os anos de 2019 e 2022, o que dificultou a comparação entre alguns tipos de violência no período anterior e posterior à pandemia, demandando tempo para análise dos resultados. Baseado nisso, sugere-se a padronização dos formulários de registro dos tipos de violência elaborados pela Secretaria de Educação de Macaé para fins de comparação.

Com vistas à contribuição no contexto escolar, o presente estudo propõe, também, a implementação do Programa de Mediação de Conflito: Violência Não, uma iniciativa contínua e abrangente, liderada pela gestão escolar e envolvendo toda a comunidade. Entende-se que a mediação de conflitos surge como uma estratégia fundamental para o combate e a prevenção da violência no ambiente escolar, promovendo o diálogo e a resolução pacífica de divergências.

Portanto, parte-se da premissa de que a gestão escolar desempenha um papel crucial na conscientização sobre os conflitos enfrentados pelos alunos, suas consequências e as formas de prevenção. Acreditamos que, ao capacitar mediadores e fomentar uma cultura de paz, será possível reduzir os índices de violência e criar um ambiente escolar mais seguro e harmonioso.

REFERÊNCIAS

- BACHER-HICKS, A.; GOOSMAN, J.; GREEN, J. G.; HOLT, M. K. The COVID-19 Pandemic Disrupted Both School Bullying and Cyberbullying. **American Economic Review: Insights**, v. 4, n. 3, p. 353-370, 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 nov. 2015.
- CABRAL, I. **O ensino e a aprendizagem em tempos de COVID-19 à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas**. In: Ensinar e aprender em tempo de COVID-19: entre o caos e a redenção, p. 67-75, 2020.
- CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. **Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar**. 1. ed. São Paulo: Biruta, 2002.
- CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.
- DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO, R. F. D.; DARIZ, M. R.; PINHEIRO, S. S. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Pelotas – Brasil, **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013.
- DIOGO, D. O.; RIBEIRO, V. M. Prática de comunicação de diretores escolares e mediação de conflitos. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 175-200, 2016.
- GADAGNOTO, T. C.; MENDES, L. M. C.; MONTEIRO, J. C. S.; GOMES-SPONHOLZ, F. A.; BARBOSA, N. G. Repercussões emocionais da pandemia da COVID-19 em adolescentes: desafios à saúde pública. **Rev Esc Enferm USP**, v. 56, p. e20210424, 2022.
- GONÇALVES, V.; VAZ, C. E. A. Bullying e cyberbullying: um estudo em tempos de pandemia. **Revista EDaPECI**, v. 22, n. 2, p. 36-54, 2022.
- JODAR, I. A. **Mediação de conflitos como estratégia de prevenção da violência na escola**. 91 f. Relatório crítico-reflexivo. Curso de Mestrado Profissional em Educação. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2018.
- LAWSON, M.; PIEL, M. H.; SIMÃO, M. Child Maltreatment during the COVID-19 Pandemic: Consequences of Parental Job Loss on Psychological and Physical Abuse Towards Children. **Child Abuse & Neglect**, v. 110, part. 2, 110:104709, 2020.

LIBÂNEO, J. C. **A organização e a gestão da escola:** teoria e prática. 1. ed. Goiânia: Alternativa, 2007.

MARAL, D. E. L.; RAMOS, J. F. P. Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a cultura de paz. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 8, n. 21, p. 25-44, 2018.

MARQUES, P. **R7 Tecnologia & Ciência, Brasil é o 2º país com mais casos de bullying virtual contra crianças.** 11 jul. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/brasil-e-o-2-pais-com-mais-casos-de-bullying-virtual-contra-criancas-11072018/>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MARTINS, S. M. O Enfurecimento dos Estudantes no Período Pós Isolamento Social. **Boletim de Conjuntura**, v. 11, n. 33, p. 95-100, 2022.

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. **A experiência da mediação em contexto escolar.** In: Encontro do CIED – Escola e Comunidade, nº 5, Lisboa, 2011. ATAS do V Encontro do CIED - Escola e Comunidade, Lisboa: CIED - Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais, p. 97-107, 2012.

NUNES, A. C. O. **Diálogos e Práticas Restaurativas nas Escolas:** Guia Prático para Educadores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018.

OGAWA, V. **Violência na escola preocupa no pós-pandemia.** Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/violencia-na-escola-preocupa-no-pos-pandemia-3221263e.html?d=1>. Acesso em: 09 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. P. F. D.; SOUZA, M. S. D.; SABINO, F. H. D. O.; VICENTE, A. R.; CARLOS, D. M. **Violência contra crianças e adolescentes e pandemia-Contexto e possibilidades para profissionais da educação.** Escola Anna Nery, v. 26 (spe), p. e20210250, 2022.

OPAS/OMS. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PEÇANHA, I. S. B. **Reflexões acerca da violência escolar.** Minas Gerais, 2013.

PEREIRA, A. C. R.; FREIXA, M. O. Rumo à justiça social: mediação de conflitos como estratégia para prevenir a violência escolar e aprender a conviver. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e587101422451, 2021.

PEREIRA, E. A.; FERNANDES, G.; DELL'AGLIO, D. D. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e249984, 2022.

PINHO, F. O.; CASTRO, R. F.; COSTA, E. P. Mediação de Conflitos: impactos de uma intervenção pedagógica em uma escola pública na Amazônia Ocidental do Brasil. **Novas Tendências em Pesquisa Qualitativa**, v. 7, p. 367-376, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Educação:** calendário para reinício das aulas em escolas com retorno adiado. Macaé, RJ, 2021. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/semed/leitura/noticia/educacao-calendario-para-reinicio-das-aulas-em-escolas-com-retorno-adiado>. Acesso em: 01 mar. 2024.

REIS, D. M.; PRATA, L. C. G.; PARRA, C. R. **O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil.** Psicologia. PT: o portal dos psicólogos, v. 1, n. 1, p. 01-20, 2018.

SILVA, G. J. **Bullying:** quando a escola não é mais um paraíso. In: Mundo Jovem: um jornal de ideias, ano XLIV, n. 364, p. 2-3, 2006.

SILVA, J. M. A. P.; SALLAS, L. M. F. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, n. especial 2, p. 217-232, 2010.

SILVA, S. E. S.; CARNEIRO, M. M. A possibilidade de mediação como estratégia da Brigada Militar na resolução e prevenção de conflitos nas escolas públicas do estado. **Revista Pro Lege Vigilanda**, v. 2, n. 2, 2023.

SILVA, S. M. Violência Escolar no Pós-Pandemia: Uma Reflexão para além dos muros da escola. **Revista Científica Excellence**, v. 17, n. 1, p. 59-62, 2022.

TORREMORELL, M. C. B. **Mediação de conflitos na escola:** Modelos, estratégias e práticas. 1. ed. Editora Summus, São Paulo, 2021.

ANEXO A

PROGRAMA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITO ESCOLAR: VIOLÊNCIA NÃO

1 – Introdução

A violência presente na escola é um dos desafios para a gestão, sendo exigida a adoção de estratégias de combate e prevenção. Entre as práticas restaurativas, destaca-se a mediação de conflito, considerada uma aliada para lidar com o conflito de forma positiva (Nunes, 2018). Entende-se por mediação um processo de pacificação de um conflito, exercida por indivíduos que não estejam envolvidos no problema em questão (Torremorell, 2021).

Baseado nisso, foi elaborada uma proposta, a qual deu origem ao Programa de Mediação de Conflito Escolar: Violência Não, para ser desenvolvido ao longo do ano letivo, isto é, de forma contínua. Desse modo, esperamos que o número de ocorrências, onde são registrados os casos de violência, apresente uma redução a partir do final do ano de implantação. Este programa se justifica devido à necessidade de redução dos índices de violência na escola para promover melhor rendimento e qualidade escolar, bem como o convívio social saudável.

2 – Objetivo Geral

Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da implantação de estratégias de mediação escolar contínua na prática pedagógica para o combate e prevenção da violência no ambiente escolar.

3 – Objetivos Específicos

- Incluir a mediação escolar no projeto político pedagógico da escola;
- Incentivar a capacitação de alunos, pais ou responsáveis e funcionários da escola em Mediação de Conflito Escolar;
- Certificar os alunos mediadores que atuaram com eficiência;
- Organizar palestras abordando conhecimentos sobre mediação de conflito, comunicação não-violenta e práticas restaurativas para toda comunidade escolar.

4 – Desenvolvimento

Local: Rede Pública de Educação de Macaé

Coordenação do Programa: equipe gestora das unidades escolares

Público Beneficiado: alunos, funcionários, pais e responsáveis

Capacitação

Para trabalhar a mediação na escola é necessário capacitar os indivíduos que exerçerão a função de mediadores. Desse modo, será formada uma equipe composta por orientadora educacional, pais ou responsáveis, professores, auxiliares da sala multifuncional, alunos interessados, os quais deverão se

capacitar para atuar como mediadores na escola (Torremorell, 2021). O curso de capacitação será realizado online, de forma gratuita através de sites específicos: WR Educacional Ltda e Associação Brasileira de Educação Online.

Além disso, será sugerido à Secretaria de Educação o retorno da oferta do curso de Formação de Mediadores Escolares realizados nos anos de 2017, 2019 e 2020.

No entanto, devido ao término da análise dos dados ter ocorrido no início do segundo semestre do ano de 2024, não houve tempo hábil para implantação da proposta, pois a demanda exigiria alteração no calendário, tempo de conclusão dos cursos de capacitação entre outras exigências burocráticas. Desse modo, a implantação do programa proposto está prevista para o início do ano de 2025, através de um projeto-piloto que ocorrerá no C. M Ancyra Gonçalves Pimentel.

Conscientização

O conhecimento sobre o conceito de conflito e mediação, bem como a conscientização da importância sobre o respeito à divergência de ideias, leis, regras, valores e tipos de violência serão divulgados através da realização de palestras e rodas de conversa. Tais eventos serão voltados para toda comunidade escolar, ministrados pelos mediadores da escola e convidados, dentro da escola, em horários de atividade pedagógica para professores, e em dias e horários letivos ao longo do ano.

Todos os membros da comunidade escolar deverão assistir às palestras ou participar das rodas de conversa de modo a conscientizar sobre o conceito de conflito, sua mediação, as principais formas de mediação de conflito na escola, seu impacto nos índices de violência na escola e suas consequências.

Engajamento com projetos da escola

A Mediação de Conflito, será tema incluso no Projeto Político Pedagógico da escola, como estratégia de combate e prevenção da violência. Desse modo, todos os projetos pedagógicos, como Feira de Ciências, Africanidade, Jogos Internos e Literarte, contarão com a participação dos mediadores escolares que estarão prontos para intervir em caso de conflito.

Aplicação em Rede

Existem outros problemas que também podem contribuir para os casos de violência na escola, como por exemplo, os alunos com transtornos psiquiátricos, com distúrbios psíquicos, aqueles que apresentam agressividade crônica, problemas familiares e outros problemas que exigem maior atenção e suporte de outros profissionais.

Desse modo, se faz necessário um trabalho em rede permitindo maior troca de informações e apoio aos casos de alunos que apresentam quadro psicológico, psiquiátrico, entre outros. Além disso, sugere-se a formação, pela Secretaria de Educação de Macaé, de uma equipe composta por: fonoaudiólogo, assistente

social, psicólogo entre outros profissionais da área da saúde, para prestar assistência a todas as unidades escolares da rede, devido ao elevado número de alunos que necessitam de atendimento especializado dentro da escola.

Diante disso, o programa proposto contará com o apoio de alguns órgãos da rede pública de Macaé, os quais deverão prestar assistência dentro e fora da escola, quando requisitados. Os órgãos públicos do município que deverão agir em parceria com o programa proposto são: Centro de Atendimento Psicossocial e Infantil – CAPS; Centro Especializado de Atendimento à Mulher; Secretaria de Educação; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

5 – Conclusão

Portanto, a mediação de conflitos, quando integrada ao Projeto Político Pedagógico e apoiada por uma rede de profissionais especializados, pode transformar a maneira como os conflitos são abordados na escola, incentivando o diálogo, o respeito e a resolução pacífica de divergências. Acreditamos que o envolvimento ativo de alunos, pais, funcionários e órgãos públicos é fundamental para o sucesso do programa, pois a violência escolar é um problema que exige uma resposta coletiva.